



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

ACTA

Primeira Reunião do Conselho Consultivo

DATA: 26 de Fevereiro de 2015, pelas 14:30 horas

LOCAL: Instalações do DIAP – Departamento de Investigação e Acção Penal, sitas na Rua de Camões, n.º 155, 4049-074 Porto

PRESENTES: Os membros do Conselho Consultivo que a seguir se identificam:

- Juiz Presidente da Comarca do Porto: Dr. José António Rodrigues da Cunha;
- Procurador-Geral Adjunto Coordenador: Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro;
- Administrador Judiciário: Dr. José Aurélio Cabido;
- Representante dos Juizes da Comarca: Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira;
- Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca: Dr.ª Sofia Cláudia Amaro Lopes Cardoso Pires;
- Representante da Ordem dos Advogados: Dr. Rui da Silva Leal;
- Representante da Câmara dos Solicitadores: Dr.ª Alexandra Ferreira;
- Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:
 - Dr. Luís Filipe Castro de Araújo (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar) e
 - Dr.ª Joana Mafalda Felício Ferreira (Vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos).
- Assessor do Juiz Presidente da Comarca: Dr. José Carlos Rodrigues da Fonseca.

FALTOSOS:

- Representante dos Oficiais de Justiça: Sr. Secretário Manuel Fernando Barbosa de Sousa, que se encontra doente e internado.

APRESENTAÇÃO:

- Atendendo à presente reunião do Conselho Consultivo, apresenta-se em seguida a competente Acta onde se retractam, por súmula, os assuntos submetidos à mesma.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Tomada de posse dos membros do Conselho Consultivo que se encontram presentes;
- 2 - Cooptação dos representantes dos utentes do serviço de justiça;
- 3 – Exposição e debate sobre diversos assuntos.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Iniciada a reunião, pelo Sr. Juiz Presidente, junto dos membros presentes, foi feita a apresentação de cada das individualidades que integram o Conselho de Gestão.

Com o início da presente reunião, implicitamente e sem quaisquer formalismos, considera-se a efectiva tomada posse dos membros presentes.

Não obstante o representante dos Oficiais de Justiça encontrar-se ausente por motivo de doença, o Conselho Consultivo está, desta forma, regularmente constituído, não sendo motivo de adiamento a sua ausência.

Seguidamente, pelo Sr. Juiz Presidente, a fim de se dar cumprimento ao disposto no artigo 109º, n.º 2 al. j) da Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto – LOSJ – nomeadamente, para a composição completa do Conselho Consultivo, explicitou de forma pormenorizada sobre os critérios que o Conselho de Gestão reputa por fundamentais face ao sistema de cooptação previsto na lei.

Sendo uma nomeação interna feita pelos próprios membros, sem dependência de critérios externos, considera-se que deverão ser nomeadas Instituições representativas de utentes do serviço de justiça, que representem de forma muito abrangente determinados sectores da sociedade, nomeadamente, representantes dos sector industrial, comercial e do consumo, bem como, representante do ensino superior.

Pelo representante da OA, Dr. Rui Silva Leal, foi sugerida a APAV, no entanto, reconheceu que não será a melhor solução, tendo em conta o critério da abrangência.

Por parte dos Consumidores, dada a sua abrangência de representatividade, indica-se a DECO – Delegação Norte, a solução a considerar.

A nível do sector empresarial, comércio e indústria, após várias sugestões, considera-se adequada a Associação Empresarial de Portugal.

Já quanto ao representante do ensino superior, considera-se apropriado o Conselho de Reitores.

Nestes termos, as entidades a ser formalmente convidadas para integrarem o Conselho Consultivo, são:

- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Delegação Norte – Porto;
- Associação Empresaria de Portugal, com sede em Leça da Palmeira;
- Conselho de Reitores.

As propostas levadas a votação, foram **aprovadas por unanimidade**.

* * *

Seguidamente, procedeu-se a um debate geral, entre todos os presentes, sobre a concreta situação da justiça, nomeadamente, atenta a nova reorganização judiciária, sobre os fundamentos, objectivos e problemas existentes quanto à falta de meios e falta de recursos humanos para fazer face às novas exigências.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

O Sr. Juiz Presidente, deu uma ideia generalizada sobre os problemas existentes, concretizando propostas feitas e aceites pela tutela, referindo que há ainda muitas situações graves que urge colmatar, sob pena de algumas secções entrarem em colapso

Insiste na manifesta insuficiência de meios para o sucesso da presente reforma do sistema judiciário.

Foi abordada a falta de instalações, bem como, a grave falta de Oficiais de Justiça e, *mutatis mutandis*, quanto a de magistrados.

Pelo Sr. Administrador Judiciário foi sustentada a enorme dificuldade de gestão de recursos humanos a nível de Oficiais de Justiça, intervindo o representante dos Juizes, Dr. António Pedro Nogueira, fazendo um reflexão de carácter pessoal sobre os fins da reforma, bem como, a estagnação na carreira de Oficiais de Justiça e o envelhecimento gradual destes profissionais, com o conseqüente prejuízo na transmissão de conhecimentos entre gerações.

Foi, também, abordada a gravíssima situação de Família e Menores de Matosinhos, bem como, a problemática dos necessários ajustamentos a nível de Magistrados do Ministério Público, concretamente, na Instrução Criminal e, quanto às Execuções, os diversos constrangimentos face ao número deficitário de Magistrados do Ministério Público.

Por oportuno, e face à presença dos representantes dos municípios integrados na Comarca do Porto, pelo Sr. Juiz Presidente e Sr. Procurador-Geral Adjunto Coordenador, foi sugerido aqueles um estudo sobre a viabilidade da existência de um local de grandes dimensões, num dos municípios, que fosse adstrito de modo definitivo, à realização de mega-julgamentos a realizar na Comarca do Porto.

Neste momento, pelo Sr. Procurador-Geral Adjunto Coordenador foi solicitado à Sr.^a Dr.^a Sofia Cláudia Amaro Lopes Cardoso Pires, representante dos Magistrados do Ministério Público, uma noção generalizada sobre os aspectos relevantes e problemáticos quanto a questões relacionadas com o Ministério Público.

Interveio, desta forma, a Sr.^a Dr.^a Sofia Cláudia Amaro Lopes Cardoso Pires, dando conta da gravíssima situação de falta de Magistrados do Ministério Público, alertando para a situação na Póvoa de Varzim e, também, quanto à Instrução Criminal do Porto.

Concretizando-se a intervenção da Digníssima Procuradora-Adjunta, Sr.^a Dr.^a Sofia Pires, a mesma alertou para a falta de magistrados na Póvoa de Varzim, Maia, Matosinhos onde estagiários estão a colmatar as faltas de procuradores-adjuntos e, actualmente, também existe falta de pelo menos uma magistrada no DIAP do Porto, pelo facto de ter saído uma colega, a Dr.^a Carla Almeida, a qual não foi ainda substituída.

Em relação ao Tribunal de Instrução Criminal do Porto, sustenta e refere que a fase instrutória dos processos do DIAP do Porto está a ser feita por Procuradores-Adjuntos, ao invés de Procuradores da República, uma vez que apenas foi colocado no TIC do Porto um Procurador da República, o Dr. Paulo Óscar, o qual não faz os actos de instrução do DIAP do Porto.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Alerta, esta Magistrada, para o facto de que a falta de um Magistrado do Ministério Público, a título de exemplo, por doença, gera um problema caótico de substituição que, refere, é o "pânico total", atenta a grave falta de Magistrados do Ministério Público.

A próxima reunião do Conselho Consultivo realizar-se-á, por acordo em todos os membros presentes, no próximo **DIA 23 DE ABRIL DE 2015, PELAS 14:30 HORAS**, nas Instalações do DIAP - Departamento de Investigação e Acção Penal, sitas na Rua de Camões, n.º 155, 4049-074 Porto.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Juiz Presidente, deu por finda a reunião pelas 16:45 horas.
A presente Acta, vai ser devidamente assinada.

Juiz Presidente da Comarca do Porto,



(Dr. José António Rodrigues da Cunha)

Procurador-Geral Adjunto Coordenador,



(Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro)

Administrador Judiciário,




(Dr. José Aurélio Cabido)

Representante dos Juizes da Comarca,



(Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira)

Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca,

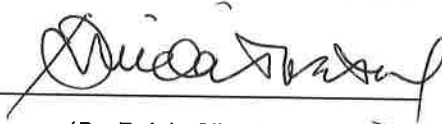


(Dr.ª Sofia Cláudia Amaro Lopes Cardoso Pires)




Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Representante da Ordem dos Advogados,



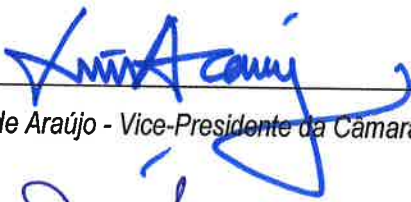
(Dr. Rui da Silva Leal)

Representante da Câmara dos Solicitadores,




(Dr.ª Alexandra Ferreira)

Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:




(Dr. Luís Filipe Castro de Araújo - Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar)



(Dr.ª Joana Mafalda Felício Ferreira - Vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos)

Assessor do Juiz Presidente da Comarca,



(Dr. José Carlos Rodrigues da Fonseca)